

Ventos de São Vitor 09

Energias Renováveis S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração e aos Acionistas da
Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

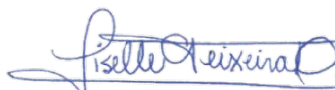
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

VENTOS DE SÃO VITOR 09 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	2023	2022	PASSIVO	Nota explicativa	2023	2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.474	22.257	Fornecedores	8	25	19.388
Impostos a recuperar		6	6	Empréstimos e financiamentos	9	2.768	136
Despesas antecipadas		293	90	Tributos e contribuições sociais a recolher		14	13
Partes Relacionadas	10	2.400	7.000	Encargos de uso de rede elétrica		177	173
Outros		9	-	Partes relacionadas	10	72	90
		<u>8.182</u>	<u>29.353</u>			<u>3.056</u>	<u>19.800</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	6	2.689	2.152	Empréstimos e financiamentos	9	<u>76.323</u>	<u>65.983</u>
Despesas antecipadas		-	67			<u>76.323</u>	<u>65.983</u>
Imobilizado	7	140.335	127.690				
Intangível		19	16	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
		<u>143.043</u>	<u>129.925</u>	Capital social		76.064	76.063
				Capital social a integralizar		(2.000)	(2.000)
				Prejuízos acumulados		<u>(2.218)</u>	<u>(568)</u>
						71.846	73.495
TOTAL DO ATIVO		<u>151.225</u>	<u>159.278</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>151.225</u>	<u>159.278</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO VITOR 09 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2023	2022
CUSTO OPERACIONAL	12	(2.514)	(561)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	13	(98)	(179)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(2.612)</u>	<u>(740)</u>
Receitas financeiras	14	1.323	869
Despesas financeiras	14	(77)	(229)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>1.246</u>	<u>640</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.366)	(100)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	(283)	(221)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(1.649)</u>	<u>(321)</u>
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações - em R\$		(0,0217)	(0,0047)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO VITOR 09 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	(1.649)	(321)
Outros resultados abrangentes		
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		
Parcela efetiva das mudanças no valor justo do instrumento de "hedge"	-	(1.231)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(1.649)</u>	<u>(1.552)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO VITOR 09 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Capital a integralizar	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	35.000	(10.402)	1.231	(248)	25.581
Aumento de capital em 03 de Janeiro de 2022	3.738	-	-	-	3.738
Integralização de Capital em 03 de Janeiro de 2022	-	10.402	-	-	10.402
Aumento de capital em 05 de Janeiro de 2022	1.445	-	-	-	1.445
Aumento de capital em 07 de Fevereiro de 2022	2.063	(1.100)	-	-	963
Integralização de Capital em 23 de Fevereiro de 2022	-	293	-	-	293
Aumento de Capital em 01 de Março de 2022	31.818	(31.818)	-	-	-
Integralização de Capital em 04 de Março de 2022	-	3.407	-	-	3.407
Integralização de Capital em 15 de Março de 2022	-	347	-	-	347
Integralização de Capital em 03 de Maio de 2022	-	1.410	-	-	1.410
Integralização de Capital em 05 de Maio de 2022	-	200	-	-	200
Integralização de Capital em 26 de Setembro de 2022	-	25.300	-	-	25.300
Integralização de Capital em 10 de Outubro de 2022	-	1.961	-	-	1.961
Aumento de capital em 08 de Novembro de 2022	2.000	(2.000)	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(321)	(321)
Outros resultados abrangentes	-	-	(1.231)	-	(1.231)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>76.064</u>	<u>(2.000)</u>	<u>-</u>	<u>(569)</u>	<u>73.495</u>
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(1.649)	(1.649)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>76.064</u>	<u>(2.000)</u>	<u>-</u>	<u>(2.218)</u>	<u>71.846</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO VITOR 09 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(1.649)	(321)
(AUMENTO) DIMINUIÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS			
Impostos a recuperar		-	222
Despesas antecipadas		(136)	89
Outros		(9)	-
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS			
Fornecedores	8	(19.363)	17.861
Partes relacionadas	10	(18)	(15.690)
Encargos de uso de rede elétrica		4	173
Obrigações tributárias		1	(52)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(21.170)	2.282
Juros pagos	9	(416)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(21.586)	2.282
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Títulos e valores mobiliários	6	(537)	(2.152)
Aquisição de imobilizado	7	(7.080)	(85.157)
Aquisição de intangível		(3)	(13)
Partes relacionadas		4.600	(7.000)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(3.020)	(94.322)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Capital social	11	-	49.466
Empréstimos e financiamentos - captação	9	8.017	64.368
Empréstimos e financiamentos - liquidação principal	9	(194)	-
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		7.823	113.834
(REDUÇÃO) AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(16.783)	21.794
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		22.257	463
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.474	22.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO VITOR 09 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em reais mil - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A. (“Companhia” ou “São Vitor 09”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 4 de novembro de 2019, com sede na Rodovia BA 052, Km 442, S/N, Parte 9 - Zona Rural, Xique Xique, BA, CEP 47400-000, Município de Xique-Xique, Estado da Bahia, tendo como objeto social a geração de energia elétrica por meio dos parques eólicos.

A Companhia tem como acionista controlador a Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. (“IBH SV”), holding com o objeto social de participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável tendo como investimento o Parque Eólico de São Vitor.

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

O Parque Eólico São Vitor é dividido em 14 SPEs geradoras de energia e possuirá capacidade instalada total de MW 465. A São Vitor 09 corresponde a 6,67% da capacidade instalada do Parque Eólico de São Vitor com MW 31 e possui autorização de 35 anos através da Resolução Autorizativa nº 9.391 de 3 de novembro de 2020.

Situação financeira e início das operações

O capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2023 encontra-se positivo em R\$5.126 (em 31 de dezembro de 2022 encontra-se positivo em R\$9.553).

A Companhia possuía previsão inicial de entrada em operação no final de 2022, porém, devido a atrasos no fornecimento dos aerogeradores, esta data foi adiada para o primeiro semestre de 2024. Adicionalmente, durante a execução da obra foi identificado a necessidade de reforço nas fundações que suportam os aerogeradores. A Companhia preza pela qualidade e segurança de suas plantas e por isso decidiu adiar a entrada em operação e realizar os reforços necessários.

Segue abaixo resumo de aerogeradores em operação em 31 de dezembro de 2023:

Nº de Aerogeradores	
Total	Em Operação Comercial
5	-

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 9 de abril de 2024.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação do instrumento financeiro derivativo e vida útil do ativo imobilizado. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.2. Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos a manutenção e reparos são lançados no resultado, quando incorridos.

3.3. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram identificadas perdas relacionadas ao valor recuperável dos ativos.

3.4. Provisões para riscos

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não foram identificadas provisões para riscos a serem registradas, nem divulgadas, nas demonstrações financeiras

3.5. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.6. Arrendamentos

Os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor.
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de empréstimo incremental da Companhia no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

A Companhia possui contratos de arrendamento de uso de bens imóveis a título oneroso nos municípios de Gentio do Ouro e Xique-Xique, Estado da Bahia. Estes contratos possuem remuneração em fase pré-operacional de R\$2,00 (dois reais) por hectare cedido dos imóveis. E após fase pré-operacional, será 1,50% da receita líquida da Companhia. O contrato tem prazo de vigência de 49 anos. A Companhia não registrou estes contratos a luz do CPC06 (R2) vista que a base de remuneração é variável.

3.7. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando para o Imposto de renda, a base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e para a Contribuição social a base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

3.8. Encargos com energia elétrica

Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL, em 31 de dezembro de 2023 correspondem ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (CUST) e à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

3.9. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

3.10. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

- Classificação do ativo financeiro

Após ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são avaliados e classificados de acordo com sua natureza podendo ser mensurados ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou; (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Custo amortizado:**

Um ativo financeiro é classificado e mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- **Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA)**

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Todos os demais ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

- **Reconhecimento**

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

- **Mensuração**

As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos derivativos - "Hedge"

O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de "hedge" com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deva avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

O instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia para fins de proteção é o NDF ("Non-Deliverable Forward") cambial: são contratos sob os quais a Companhia compra ou vende uma quantidade de moedas a uma taxa cambial fixa para data futura, liquidando a diferença entre a taxa negociada e a taxa apurada no vencimento do contrato, com prazo e volume semelhante ao ativo coberto.

Os derivativos contratados são classificados como "hedge" de fluxo de caixa e segundo os parâmetros descritos no CPC 48, a Companhia adota o "hedge accounting". As principais características das atividades de "hedge" são baseadas numa Política de Gestão de Riscos que determina as exposições de cada projeto.

3.11. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.12. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

4. ADOÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

(i) Revisadas e vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. O grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).	01.01.2023

Norma	Alteração	Vigência
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis Materiais	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas		
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01.01.2024

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Depósitos bancários	20	15
Aplicações financeiras (i)	5.454	22.242
	<u>5.474</u>	<u>22.257</u>

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa composto por depósitos bancários a vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

- (i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos à um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDB são remuneradas por taxa de 98% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98% a 100% em 31 de dezembro de 2022) e Operações em Compromissadas são remuneradas por taxa de 78% a 80% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (78% a 80% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Conta reserva (i)	2.689	2.152
	<u>2.689</u>	<u>2.152</u>

(i) Relacionada ao saldo da dívida junto ao Banco do Nordeste (BNB) e remunerada por taxa de 98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98% a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

7. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	<u>Taxa Média Depreciação</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imobilizado administrativo em serviço			
Edificações	20%	<u>1</u>	<u>1</u>
		<u>1</u>	<u>1</u>
Imobilizado operacional em construção:			
Planta eólica (i)		140.334	127.689
		<u>140.334</u>	<u>127.689</u>
		<u>140.335</u>	<u>127.690</u>

(i) A planta eólica inclui: (a) máquinas e equipamentos; (b) custos com consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão fundiária, gestão ambiental, serviços relacionados ao projeto básico e engenharia do proprietário, despesas de viagens, apropriação de seguros e receitas financeiras capitalizáveis. São custos realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização serão rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, emitida pela ANEEL; (c) adiantamentos de recursos liberados a fornecedores de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços para implementação das usinas eólicas das controladas. No momento das entregas dos materiais e serviços, os valores são incorporados ao ativo imobilizado.

b) Mapa de movimentação do ativo imobilizado

	<u>Valor Líquido em 2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor Líquido em 2023</u>
Imobilizado administrativo em serviço:				
Edificações	<u>1</u>	-	-	<u>1</u>
	<u>1</u>	-	-	<u>1</u>
Imobilizado operacional em construção				
Planta eólica	<u>127.689</u>	<u>12.645</u>	-	<u>140.334</u>
	<u>127.689</u>	<u>12.645</u>	-	<u>140.334</u>

	<u>Valor líquido em 2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor líquido em 2022</u>
Imobilizado Operacional em serviço:				
Edificações	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Imobilizado operacional em construção				
Planta eólica	40.667	87.022	-	127.689
	<u>40.667</u>	<u>87.022</u>	<u>-</u>	<u>127.689</u>
	<u>40.668</u>	<u>87.022</u>	<u>-</u>	<u>127.690</u>

8. FORNECEDORES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores nacionais	20	19.322
Provisão de fornecedores	<u>5</u>	<u>66</u>
	<u>25</u>	<u>19.388</u>

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
Empréstimos e Financiamentos	2.768	136
(-) Custo de Colocação de Dívidas	<u>2.768</u>	<u>136</u>
Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos	77.077	66.771
(-) Custo de Colocação de Dívidas	<u>(754)</u>	<u>(788)</u>
	<u>76.323</u>	<u>65.983</u>
Total Empréstimos e Financiamentos	<u>79.091</u>	<u>66.119</u>

Em 27 de outubro de 2021, a Companhia obteve linha de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") no montante de R\$74.064, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Ventos de São Vitor 09. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA +2,68% ao ano (considerando o bônus de adimplência de 15% sobre os juros básicos fixos).

O principal e juros da dívida devem ser pagos ao BNB em 216 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de dezembro de 2023. O vencimento do contrato é 15 de novembro de 2041. Abaixo, seguem detalhes do contrato:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de principal	Vencimento	Garantias	31/12/2023	31/12/2023
Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A.	BNB	74.064	27/10/2021	IPCA + 2,687% (bônus de adimplência)	Mensal	Mensal	15/11/2041	(i) Fiança bancária durante todo o prazo da operação (ii) Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva, equivalente a aproximadamente 3% do saldo desembolsado	79.845	66.907
								(-) Custo de colocação de Dívidas	(754)	(788)
									<u>79.091</u>	<u>66.119</u>

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	<u>(-) Custo de Colocação de Dívidas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2021			
Ingresso	65.156	(810)	64.346
Provisão de juros	1.751	-	1.751
Amortização de custos de colocação de dívida	-	22	22
Saldo em 31/12/2022	<u>66.907</u>	<u>(788)</u>	<u>66.119</u>
Saldo em 31/12/2022	66.907	(788)	66.119
Ingresso	8.017	-	8.017
Provisão de juros	5.532	-	5.532
Amortização de custos de colocação de dívida	-	34	34
Liquidação do principal	(194)	-	(194)
Liquidação dos encargos	(416)	-	(416)
Saldo em 31/12/2023	<u>79.845</u>	<u>(754)</u>	<u>79.091</u>
Circulante			2.768
Não Circulante			<u>76.323</u>
Total em 31/12/2023			<u>79.091</u>

c) Fluxo nominal

Composição por ano de vencimento no valor bruto de dívida:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
2024	2.768	170
2025	2.740	2.055
2026	2.610	2.231
2027	2.814	2.090
2028	3.046	2.281
A partir de 2029	65.868	58.080
	<u>79.845</u>	<u>66.907</u>

10. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

Ativo	2023	2022
Contratos de mútuo: (i)		
São Vitor 04	2.400	6.200
São Vitor 10	-	800
	2.400	7.000
 Passivo		
Compartilhamento de custos		
São Vitor 01 (ii)	72	89
São Vitor 10 (iii)	-	1
	72	90

As principais operações entre partes relacionadas são:

- (i) Mútuos: trata-se de operações feitas entre as SPEs e a controladora para dar suporte as atividades operacionais enquanto os financiamentos não são desembolsados.
- (ii) Compartilhamento de custos - origem pela São Vitor 01: valores de serviços contratados para o Parque Eólico Ventos de São Vitor através da São Vitor 01 e que são rateados entre todas as SPEs do Parque Eólico de São Vitor de acordo com a capacidade instalada de cada SPE.
- (iii) Compartilhamento de custos - origem pela São Vitor 10: refere-se a valores serviços contratados para a construção e operação da subestação e linha de transmissão referente ao Parque Eólico Ventos de São Vitor. Os gastos são rateados entre todas as SPEs do Parque Eólico de São Vitor de acordo com a capacidade instalada de cada SPE.

Remuneração da Administração

Durante a fase pré-operacional, a Companhia está sendo administrada por profissionais da controladora.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R\$76.064 representado por 76.063.857 ações.

Não ocorreram novas subscrições nem integralizações de capital durante o exercício de 2023.

A composição do capital social por acionista é como se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Infraestrutura Brasil Holding SV S.A.	100%	100%

b) Resultado por ação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício	(1.649)	(321)
Média ponderada de ações ordinárias	76.063.857	68.858.627
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,0217)</u>	<u>(0,0047)</u>

12. CUSTO OPERACIONAL

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(2.122)	(526)
Pessoal e encargos	(146)	-
Serviço de terceiros	(194)	(32)
Materiais	(6)	(2)
Arrendamentos e aluguéis	(10)	-
Outras despesas	(36)	(1)
	<u>(2.514)</u>	<u>(561)</u>

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviço de terceiros	(80)	(97)
Arrendamentos e aluguéis	-	(1)
Outras despesas	(18)	(81)
	<u>(98)</u>	<u>(179)</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Rendimentos das aplicações financeiras	1.322	869
Outras receitas financeiras	1	-
	<u>1.323</u>	<u>869</u>
IOF	(34)	(207)
Outras despesas financeiras	(43)	(22)
	<u>(77)</u>	<u>(229)</u>
	<u>1.246</u>	<u>640</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base de cálculo IRPJ (8%)	-	-	-	-
Receitas Financeiras	901	901	696	696
Base de cálculo	901	901	696	696
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL apurados	135	81	104	63
Ajuste decorrente do adicional de 10% do IR	67	-	54	-
Imposto de renda e contribuição social	202	81	158	63

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 48:

a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Administração. Os riscos mais significativos são:

(i) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. Durante a fase pré-operacional, a Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

(iii) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

(iv) Risco de crédito

Refere-se ao risco do não cumprimento de obrigações contratuais da contraparte, levando a Companhia a incorrer em perdas financeira. A Companhia tem a possibilidade de venda no mercado de curto prazo para mitigar possíveis riscos de crédito, e suas políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, como a Companhia está parcialmente em fase pré-operacional, ainda não possui contratos de longa data firmados, mas é uma estratégia que a Companhia geralmente adota para que haja contratos com clientes confiáveis e preços pré-acordados, minimizando assim a exposição ao mercado de curto prazo.

b) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros. Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. Com base nos dados disponíveis de mercado, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% dos instrumentos.

Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	31/12/2023				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de Índice em 25%	Redução de Índice em 50%	Redução de Índice em 50%
	CDI		9,98%	7,49%	12,48%	4,99%	14,98%
	IPCA		3,86%	2,90%	4,83%	1,93%	5,79%
<u>Aplicação Financeira</u>	CDI	5.454	544	408	681	272	817
Título e valores mobiliários	CDI	2.689	268	201	336	134	403
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(79.845)	(3.082)	(2.312)	(3.853)	(1.541)	(4.623)

c) Instrumentos financeiros por categoria - valor justo e contábil

	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>Mensuração a valor justo</u>
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalente de caixa	5.474	22.257	Nível 1
Títulos e valores mobiliários	2.689	2.152	Nível 1
Passivos financeiros			
Custos amortizado:			
Empréstimos e financiamentos	79.091	66.119	Nível 1
Fornecedores	25	19.388	Nível 1
Partes relacionadas	72	90	Nível 1

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente (VJORA) baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

17. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

18. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Juros capitalizados relativo a empréstimos	5.532	1.751
Provisão de fornecedores	(61)	114
	<u>5.471</u>	<u>1.865</u>

19. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo apresentado pela Companhia na rubrica de seguros refere-se substancialmente a riscos de engenharia, responsabilidade civil, e apólice de seguro de garantia financeira, prestada como garantia de fiel cumprimento para a outorga de autorização para exploração dos empreendimentos Eólicos.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não temos conhecimento de quaisquer eventos subsequentes relevantes que, em nosso entendimento, requer divulgação.
